

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , de 2013.
(Do Sr. Deputado Eduardo da Fonte)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia com o objetivo de discutir a energia como instrumento de política industrial.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para discutir a energia como instrumento de política industrial, com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Fernando Pimentel - Min. Indústria e Comércio / Dr. Mauro Borges Lemos – Presidente da ABDI
- Dr. Jorge Gerdau Johannpeter - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau
- Sr. Fernando Garcia - Professor da Fundação Getúlio Vargas
- Sr. Paulo Pedrosa – Presidente da Abrace – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres

JUSTIFICATIVA

Os esforços do governo em favor da redução do custo da energia elétrica no Brasil foram bem recebidos pela sociedade brasileira e, em particular, pela indústria. Porém, o movimento que teve início em setembro de 2012 precisa ser complementado com uma segunda etapa para que se possa, efetivamente, devolver competitividade à energia brasileira.

As medidas decorrentes da MP nº 579 de 2012, convertida na Lei nº 12.783 de 2013, reduziram a tarifa dos grandes consumidores brasileiros entre 9% e 18%, insuficiente para a indústria que tem parte significativa de seus custos atrelada à energia. Justamente essa classe de consumidores, cuja energia elétrica é adquirida no mercado livre, não foi contemplada com o benefício das concessões de geração que foram atingidas pela Lei.

O Brasil possui vantagens comparativas importantes no setor de energia, tanto elétrica, quanto gás natural, e precisa criar os mecanismos adequados para que estes recursos sejam destinados à indústria de forma competitiva. A exemplo do que fazem França, Alemanha e EUA, é possível, através do uso da energia como instrumento de política industrial, induzir investimentos e crescimento sem onerar a União.

Sala das Comissões, em maio de 2013.

Deputado Eduardo da Fonte